



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a  
Assistente Social**

**O perfil generalista nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social: a perspectiva de totalidade e a abordagem da questão agrária**

Camila Camargo<sup>1</sup>  
Franciele dos Santos Pinheiro<sup>2</sup>  
Mailiz Garibotti Lusa<sup>3</sup>

**Resumo**

Trata sobre a formação em Serviço Social a partir do estudo sobre o perfil generalista nas Diretrizes Curriculares. O problema da pesquisa é a própria definição do perfil generalista, portanto, visa discuti-lo. É ensaio teórico, de caráter exploratório, fundamentado no método crítico dialético. Organiza-se em três sessões, que tratam sobre a totalidade como categoria fundante da formação; a forma pela qual a historicidade se materializa, conferindo a base para a abordagem da questão agrária, e o processo de adoção do perfil generalista. Ao final, sinaliza-se a importância de afirmar o perfil generalista, num quadro de indagações acerca da sua efetividade.

**Palavras-chave:** formação profissional; serviço social; perfil generalista; totalidade; questão agrária.

**Abstract**

Talks about the formation in Social Work based on the study of generalist profile provided in the Curricular Guidelines. The research problem is the very definition of the generalist profile, therefore, it aims to discuss it. It is a theoretical essay, of an exploratory nature, based on the critical dialectical method. It is organized into three sessions, which deal with totality as a founding category of formation; the way in which historicity materializes, providing the basis for approaching the agrarian question, and the process of adopting the generalist profile. At the end, the importance of affirming the generalist profile is highlighted, in a context of questions about its effectiveness.

**Keywords:** Professional formation; social work; generalist profile; totality; agrarian question.

**1 NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A FORMAÇÃO E O PERFIL GENERALISTA**

Ao analisar as Diretrizes Curriculares (DC) do Serviço Social, percebe-se uma abordagem

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência. [camilacamargo95@gmail.com](mailto:camilacamargo95@gmail.com).

<sup>2</sup> Estudante de graduação no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Voluntária de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência. [franci\\_sp@hotmail.com](mailto:franci_sp@hotmail.com).

<sup>3</sup> Assistente social, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Terra, Trabalho e Resistência. Pós-doutora em Serviço Social. [mailiz.lusa@ufsc.br](mailto:mailiz.lusa@ufsc.br).



pedagógica política crítica, inovadora e comprometida com os interesses da classe trabalhadora, que possibilita o desvendamento crítico da realidade, sinalizando a necessária transformação societária. O documento foi construído de forma participativa e democrática, expressando o processo histórico de amadurecimento da categoria profissional.

No contexto atual de consolidação das DC, esta pesquisa considerou a existência de dificuldades para a apreensão dialética dos processos constitutivos dos espaços rural e urbano, bem como a apreensão da questão agrária, urbana e ambiental como meras expressões da questão social e não como fatores constituintes e estruturantes da realidade social concreta.

A partir do método crítico dialético, este artigo pretende refletir sobre os elementos que conformam a concepção do perfil generalista estabelecido pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro (ABESS, 1996), e suas implicações na abordagem transversal da questão agrária, com base na sua indissociabilidade com a questão urbana e ambiental. Almeja-se contribuir para a apreensão dialética entre os processos sócio-históricos presentes constituição do Brasil, a partir da perspectiva de totalidade reconhecida no processo de revisão que deu base às DC e encontram-se expressos na construção dos Núcleos de Fundamentação existentes hoje no projeto de formação profissional.

O trabalho configura-se como um ensaio teórico, decorrente de investigação de caráter exploratório, fundamentado no método crítico dialético, com utilização de procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental, cujos dados foram analisados com base na análise de conteúdo.

O texto está organizado em três partes gerais, onde trata-se primeiramente sobre a categoria da totalidade, considerada nos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadoras como categoria teórico-metodológica central para as análises, que partem da realidade e chegam na discussão do perfil generalista do Serviço Social, sob lentes marxistas e marxiana. Na sequência, aborda-se sobre os processos sócio-históricos que tornaram possível o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a fim de refletir sobre as consequências da colonização no atual cenário da questão agrária, urbana e ambiental. Por último são apresentados os desafios existentes para a adoção de uma perspectiva transversal à implementação dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares. Como fechamento, seguem as considerações finais.

## **2 TOTALIDADE: CATEGORIA FUNDANTE DA FORMAÇÃO**

Neste primeiro item do desenvolvimento objetiva-se tratar sobre os fundamentos teóricos que têm balizado os estudos deste grupo de pesquisa sobre o perfil generalista expresso



nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro. Conforme já apresentado, estes fundamentos são encontrados no materialismo histórico dialético de base marxista.

Compreende-se que o elemento central para debater o perfil generalista é a realidade social, como critério determinante, tanto para a formação, quanto para o trabalho profissional. Isso porque é a partir da e na realidade que este perfil é requisitado e delineado enquanto traço característico do projeto de formação e, conseqüentemente, também da/o profissional formado.

Disso se extrai que é impossível compreender a profissão sem contextualizá-la e situá-la na realidade social. Para isso, é imprescindível tomar o estágio de desenvolvimento capitalista, o cenário da correlação de forças entre as classes sociais, as disputas de interesses e a dialética entre dominação e resistências, bem como o papel do Estado, entre outros. E não se trata de uma realidade estagnada, amorfa e imutável, pelo contrário, trata-se de uma realidade em movimento histórico.

Se na gênese, institucionalização e nas primeiras décadas da trajetória histórica da profissão, a realidade era tomada sob as lentes na doutrina social da igreja e, em seguida, do funcionalismo estadunidense de base desenvolvimentista, no período reconceituador ampliaram-se as possibilidades de lentes para o funcionalismo positivista, a fenomenologia, chegando ao marxismo ainda embrionário. Estas foram as lentes possíveis às/aos assistentes sociais naqueles períodos históricos, à exemplo dos tempos de ditadura militar no Brasil e na América Latina.

Com o processo de virada crítica, a partir da aproximação e apropriação da obra marxiana, a realidade social passa a ser tomada como expressão da totalidade. Nesta perspectiva, “a realidade é concreta exatamente por isso, por ser ‘a síntese de muitas determinações’, a ‘unidade do diverso’, que é própria de toda totalidade” (Netto, 2011, p. 44).

A partir dos aportes teóricos e metodológicos marxistas e marxianos, o processo de ruptura com o conservadorismo profissional transita um pouco mais da intenção para a concretude. São tais aportes que conferem os fundamentos para a crítica contundente da realidade, das relações sociais e da profissão na sociedade do capital, nas particularidades da formação social brasileira. Este processo permite reconhecer a realidade enquanto conjunto de determinações econômicas, políticas, sociais e culturais que conformam a totalidade. Assim, sob esta perspectiva, o trato analítico da realidade concreta exige tomá-la enquanto expressão da totalidade.

A totalidade não é uma categoria privativa da perspectiva marxista e reside aqui um dos cuidados teóricos necessários, a fim de evitar confusões entre a concepção de totalidade enquanto o todo resultante da junção/somatório das partes. Este cuidado é necessário pois,



La mayoría de los rechazos a la perspectiva de la totalidad que reclama el conocimiento arrancan de una concepción errónea de lo que dicha noción formula. Por lo general, ahora desde el positivismo, el término “totalidad” se presenta como sinónimo de “completitud”, es decir, como una pretensión de conocerlo todo. Pero los objetivos de un conocimiento desde la totalidad son otros: se trata de establecer las actividades y procesos que articulan y organizan la vida en sociedad en un momento o periodo determinado. Es a partir de esa formulación que los procesos que acontecen en ese contexto alcanzan mayor significación (Osório, 2019, p. 28-29).

Neste sentido, a concepção de totalidade resulta do reconhecimento de um conjunto de articulações dialéticas entre dinâmicas, atividades, sujeitos, relações, entre outros, que num momento histórico determinado que configuram a realidade social enquanto expressão da concretude. Logo, a totalidade, segundo as lentes do método de Marx, é a categoria que possibilita a concretude da análise.

A totalidade é uma categoria concreta. É a própria constituição do ser social. É a essência constitutiva do real; por isso mesma, ontológica. [...] Perseguido tal perspectiva, Marx revelou que o processo de conhecimento se faz através de aproximações sucessivas. Demonstrou que o concreto não é apreensível no plano da imediatez, mas representa o produto, o resultado complexo dos movimentos da razão (Pontes, 2016, p. 80; 81).

Justamente esta concepção de totalidade é que baliza o reconhecimento de que o desenho das Diretrizes Curriculares fundamenta-se no conjunto de aproximações sucessivas da realidade social e profissional, a partir da materialidade da vida cotidiana das classes e dos sujeitos sociais em suas relações interseccionadas pelos determinantes de classe, raça, etnia, gênero, sexo, sexualidade, geração, território, etc. A apreensão da realidade sob a perspectiva de totalidade exige a superação da imediatez, a fim de que o complexo social seja considerado no seu movimento dialético e contraditório, possível de ser descoberto a partir da análise das relações, que nunca são diretas, mas mediadas.

Encontram-se aqui as três categorias teórico-metodológicas que sustentam estruturalmente o método de Marx: juntamente com a totalidade, que já vem sendo apontada nesta sessão, articulam-se as categorias da contradição e da mediação.

Entende-se que as três não só estão presentes, como demarcam as principais características do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS de 1996. Isso não significa que foram delimitadas expressamente no documento das DC, mas que aparecem na forma pela qual o projeto é delineado.

Neste sentido, um dos elementos que permite este reconhecimento é a organização da formação em núcleos de fundamentos do conhecimento: o núcleo dos fundamentos da vida social, o núcleo dos fundamentos da formação social na particularidade brasileira e o núcleo dos fundamentos da vida profissional – que serão melhor discutidos na terceira sessão deste trabalho. Tais núcleos se articulam indissociavelmente, não como somatório de conhecimentos, mas como processos articulados, cuja apreensão é gradual e contínua, no



campo das mediações, que ocorre de forma dialética e possibilita como produto uma formação não fragmentada em matérias ou mesmo em setores de conhecimento. Neste sentido, segundo o desenho das DC, o conjunto de conhecimentos necessários ao exercício profissional forma uma totalidade, enquanto produto da dinâmica dialética das singularidades e particularidades, sempre em relação ao universal.

É esta articulação indissociável que vai conformando o perfil generalista da/o egressa/o dos cursos de graduação, que utilizam por base as DC da ABESS (1996). Neste sentido, identifica-se a concepção generalista adotada na década de 1990 como fortemente perpassada pela apreensão da categoria da totalidade.

Ainda que a totalidade seja a categoria determinante para a afirmação do perfil generalista, a articulação indissociável dos núcleos de fundamentos somente é possível no conjunto dos alicerces categoriais implícitos nas DC: a totalidade, contradição e mediação.

A totalidade concreta e articulada, que é a sociedade burguesa, é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório das totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam inertes, mortas [...]. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as contradições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade. Enfim, uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas sobretudo, pela peculiaridade de cada totalidade (Netto, 2011, p. 57).

A apreensão destas categorias possibilita a aproximação à concepção generalista da formação, que esteve presente durante a elaboração das DC, mas somente foi explicitada no documento da Comissão de Especialistas de 1999.

Entende-se que desde então o projeto de formação tem na categoria ‘contradição’ o seu elemento dinamizador. Esta categoria tanto encontra-se na matéria da formação, mas também situa-se como estratégia didático-pedagógico. Ora, enquanto matéria, significa identificar a realidade sempre conformada pelas contradições geradas pela sociabilidade burguesa, ou seja, a totalidade ampla. Enquanto estratégia, implica reconhecer que o ensino – leia-se ensino, pesquisa e extensão – é o próprio processo de análise que se faz das totalidades constitutivas, que só para fins didáticos podem ser separadas nas singularidades e particularidades contraditórias entre si e discutidas em sua natureza relacional e dialética.

A mediação encontra-se neste lugar do reconhecimento da dialética entre os elementos que conformam a matéria profissional, sendo ela que possibilita o afastamento das simplificações e revela os níveis de complexidade, tanto da realidade, quanto da própria profissão.

A concepção da categoria totalidade pode ser encontrada no próprio método, ou nos elementos essenciais que conformam o método: a concepção concreta, material da



realidade; a concepção de construção da história enquanto processualidade; a concepção dialética sobre o movimento histórico da realidade, a partir do qual ela mesma vai se transformando, conforme também se alteram as necessidades sociais (Marx; Engels, 2007). Esta é a dinâmica da produção da história, da conformação da realidade e, portanto, de composição do que vem a se chamar de totalidade ampla.

Na contraposição à totalidade encontra-se a lógica da fragmentação dos processos com a especialização de saberes, cada vez mais acionada com o avanço dos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Ao tratar sobre a divisão do trabalho e o aumento da acumulação de riquezas, Marx e Engels (2007) dirão na obra 'A ideologia alemã' que a forma moderna das relações sociais e, portanto, da própria sociabilidade capitalista é da fragmentação. Ela se expressa na perda do conjunto de conhecimentos que conformariam uma totalidade e, em seu lugar, a ascensão do aprofundamento da especialização e/ou setorialização dos saberes e do trabalho. Para os indivíduos, não restaria outra saída se não

Apropriar-se da totalidade existente de forças produtivas, não apenas para chegar à autoatividade, mas simplesmente para assegurar a sua existência. Essa apropriação está primeiramente condicionada pelo objeto a ser apropriado [...]. A apropriação dessas forças não é em si mesma nada mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais de produção. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é, precisamente por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos (Marx; Engels, 2007, p. 73).

Evidencia-se, nesta perspectiva, que a ideia de totalidade encontra-se numa relação antagônica com a fragmentação, portanto, com a redução das habilidades individuais, a qual ocorreria quando, nem desenvolvido o conjunto de conhecimentos, já tomaria o seu lugar a especialização do saber.

El conocimiento de la realidad social se enfrenta también al problema de la fragmentación de los saberes y, con ello, a la parcelación de la vida social, a una al parecer irremediable pedacería social. Aquí emergen intereses no sólo para justificar la fragmentación arbitraria, sino para impedir la reflexión unificadora y redoblar la apuesta por dividir lo ya despedazado, con la justificación de la especialización [...]. Desde una perspectiva positivista, la fragmentación de los saberes se justifica con las bondades de la especialización. Pero el problema con este tema no es la especialización en sí, sino en qué condiciones se lleva a cabo (Osório, 2019, p. 27).

A fragmentação de saberes encontra relação com o que o autor chama de parcelamento da vida social. Assim, pensando o caso específico da formação e exercício profissional do Serviço Social, a fragmentação de saberes levaria a um prejuízo da própria leitura e análise da realidade, dificultando ou mesmo impossibilitando o trabalho de assistentes sociais para além das áreas de domínio do/a especialista. Portanto, haveria a perda de domínio de saberes sobre o conjunto de elementos que forma a totalidade.

Por compreender que a realidade é produto do processo histórico, passa-se a discutir na próxima sessão a formação social brasileira, com destaque para os aspectos que



conformam a questão agrária, entendendo que seus traços perfilam a realidade brasileira, inclusive, na atualidade.

### **3 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E A HISTORICIDADE NAS DIRETRIZES CURRICULARES**

Ao estudar a realidade, sob a perspectiva marxista e marxiana e a área de conhecimento do Serviço Social, chama a atenção as expressões da questão social como produto da sociabilidade capitalista exploratória e desigual. Dentre as expressões, há algumas que se reconhece como transversais à reflexão que se tem desenvolvido nesta pesquisa: a questão agrária e a questão racial, que passam a ser discutidas enquanto componentes da realidade que marcam determinadamente a totalidade concreta e cotidiana. Suas raízes estão na formação social brasileira, ainda no período de invasão colonial.

Naquele momento, embora a colonização europeia tenha iniciado seu empreendimento com a tentativa – que se concretizou de certa maneira – da escravização dos povos originários, o uso da força de trabalho de forma compulsória e violenta ocorreu predominantemente com os povos africanos. A exploração da terra era feita com plantios de monocultura para exportação. Estes elementos marcam o racismo estrutural, ainda presente no cotidiano dos segmentos da classe trabalhadora, implicando em marcas particulares da dependência capitalista, atualmente protagonizada pela comercialização externa de commodities.

Jacob Gorender no livro “A Questão Agrária no Brasil” contribui com um capítulo onde fala sobre o momento histórico da colonização caracterizando-o como um modo de produção que chama de “escravismo colonial”, em que a acumulação de riquezas seria baseada na plantagem e no trabalho escravizado. (Gorender, 2012)

A plantagem se trata de um sistema econômico que tinha a atividade agrária como central na produção. De tal forma que, mesmo os processos industriais, nela coexistiam. Como visto, por exemplo, na produção de cana de açúcar, onde desde o plantio até o refinamento nos engenhos se dava, comumente, em uma mesma propriedade. É descrita como uma espécie de mistura entre comércio mercantil (comércio externo) e economia natural (consumida internamente). Onde a primeira é a grande fonte de lucro e a segunda uma garantia das necessidades básicas para a produção. “O termo engenho assumiu, por sinal, o sentido de plantagem em sua totalidade, abrangendo o cultivo da planta e a transformação industrial da matéria-prima” (Gorender, 2012, p. 154).

No sentido da exploração do trabalho, a dimensão que se toma na escravização brasileira é muito distinta de lógicas por dívida ou outros tipos de subordinação. Há um elemento e nível de desumanização, acompanhado por falta de garantias de acessos básicos provavelmente



nunca vistos antes na humanidade, que caracteriza tal momento da nossa história como uma tragédia com proporções inéditas. Gorender, por exemplo, faz essa diferenciação em relação aos moldes de exploração feudal de suserania e vassalagem. Coloca em vista não haver, em nosso contexto, nenhuma concessão de autonomia aos trabalhadores escravizados. Tanto em relação ao seu tempo, que deveria ser dedicado quase integralmente aos trabalhos impostos, quanto da posse de terras próprias, inexistentes aos subjugados.

O sociólogo Clovis Moura atribui ao sistema escravista o título de Modos de Produção e destaca a existência de duas grandes etapas no Modo de Produção Escravista: Escravismo Pleno (1550-1850) e Escravismo Tardio (1551-1888). O primeiro se configura pelo comportamento das classes fundamentais desse período, sendo senhores e escravos, em que a conduta de todos os segmentos e camadas da sociedade vão ter suas condutas e valores sociais subordinados a essa dicotomia básica. Já o segundo é referente ao período de passagem do escravismo pleno para o trabalho livre, marcado pelas determinações legais implementadas pelo Estado, como a Abolição da escravatura em 1888, a Lei de Terras em 1850, fundada após a abolição para impedir o acesso da população não-branca à terra, e também pela Política Imigrantista, sendo várias políticas imigratórias implementadas ao longo dos anos, especialmente durante o século XIX e início do século XX, a fim substituir a mão-de-obra escrava pela de europeus sob alegação de que a mão-de-obra dos antigos escravos não estava apta para o novo sistema econômico (MOURA, 1994).

A partir da Lei de Terras passou-se a compreender as terras devolutas, sem uso, como propriedade da Nação e disponíveis para compra, sendo que o Estado atuaria como mediador das vendas. Ademais, as fazendas de monoculturas foram mantidas, protegendo os grandes proprietários. Conforme Moura (1994) "(...) o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las. Com essa reviravolta o Estado passa a ser mero vendedor e não distribuidor de terras de acordo com o interesse público." (Moura, 1994, p. 70)

A Abolição da escravatura de 1888, diferente das inúmeras revoltas feitas pelos povos oprimidos, não tinha a intenção promover emancipação aos subjugados, mas se construiu como uma estratégia econômica lucrativa. "Por um lado, o escravo negro que até o final da primeira fase do escravismo (1850) lutara sozinho com sua rebeldia radical e como condutor político independente contra o estatuto da escravidão, começa a ser visto através de uma ótica liberal." (Moura, 1994, p. 81)

Ainda conforme Moura (1994), à medida que o capitalismo brasileiro se desenvolvia, os ingleses estabeleciam-se e controlavam a fabricação dos produtos de consumo essenciais.





No entanto, além de impulsionar a modernização do Brasil, os ingleses também impediam o avanço da economia nacional, especialmente nos setores bancário, ferroviário e industrial em ascensão, fator que criou a condição de dependência agrário exportador que temos até hoje no país.

Desta forma, o racismo estrutural é o alicerce das relações sociais, ele atravessa todos os sujeitos. A escravidão teve a sua função política, econômica e social, sendo a base para o desenvolvimento do capital, visto que a transição do escravismo pleno para o trabalho livre, não prejudicou os interesses das oligarquias, pois, mesmo perdendo seus escravos, muitos dos quais eram caros de manter devido à idade avançada, elas ainda detinham a posse da terra, que era – e ainda é – o principal símbolo de poder econômico e social (MOURA, 1994).

A não democratização da terra, a falta de políticas sociais de inserção e a ausência de qualquer tipo de pagamento ou reparação pelo trabalho escravizado das populações africanas, afro descendentes, indígenas e não brancas, após o peso histórico de um sistema escravista que perdurou incessante por três séculos, contribuiu expressivamente com mais desumanização, exploração do trabalho, favelização, falta de garantia alimentar e vulnerabilidade social, aprofundando o racismo em todas as suas dimensões.

Mesmo com essa formação sócio-histórica, hoje é comum o entendimento de que campo e cidade não possuem relações, sendo ambientes completamente separados, em que apenas os espaços urbanos representam a estrutura capitalista. Conforme Lusa (2019), o ponto chave para conseguir analisar a relação entre campo e cidade, é compreender que a posse da terra representa a capacidade de usar diretamente o solo para gerar renda, seja por meio da agricultura ou por meio da valorização da propriedade. A forma como a terra é usada define os lugares e papéis dos sujeitos que nela vivem, repercutindo diretamente na cidade, já que a existência de todos depende dessa relação com a terra, do que nela é produzido, como é produzido e para quem é destinado.

Não é à toa que o Brasil é conhecido popularmente como “o celeiro do mundo”, conforme observamos até o momento, os sistemas agroalimentares, são historicamente comandados pelo “negócio”, acarretando nas commodities agrícolas, que são produtos agropecuários produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo (CASTRO, 2022). Por isso o país é considerado internacionalmente como um dos principais exportadores de alimentos do mundo.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, a média de tamanho das propriedades rurais no Brasil é de 69 hectares, variando consideravelmente de uma região para outra. Embora a maioria dos estabelecimentos pertencem aos pequenos proprietários, a quantidade de terra



que eles possuem é menor em comparação com a parcela de terra detida pelos grandes proprietários, evidenciando a concentração de terras. Enquanto 81% dos estabelecimentos agrícolas possuem até 50 hectares, essas propriedades ocupam apenas 12,8% da área total de terras destinadas à agricultura no Brasil. Por outro lado, apenas uma fração mínima (0,3%) dos estabelecimentos possuem mais de 2.500 hectares, mas essas propriedades cobrem 32,8% da área total destinada à agricultura no país (IBGE, 2020).

Os dados presentes no Censo Agropecuário de 2017 também expressa a desigualdade racial, consequência dos processos históricos visto até o momento, em que cerca de 47,9% dos estabelecimentos agropecuários tinham produtores declarados como brancos, proporção maior que a dos estabelecimentos com produtores pardos (42,6%), pretos (7,8%), indígenas (0,8%) e amarelos (0,6%).

Nos modos de produção capitalista, tanto no campo quanto na cidade, a riqueza se concentra nas mãos de uma minoria, ao mesmo tempo em que a maioria sofre com os impactos da crise climática, do desemprego e da fome. Contradição expressa nas longas filas para o recebimento de ossos durante a pandemia, em Cuiabá, capital do Mato Grosso, principal Estado produtor de carne bovina do país e conhecido como centro do agronegócio (CASTRO, 2022, p. 15).

Conforme a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional (2022), são 33 milhões o número de pessoas em situação de fome no Brasil, sendo maioria pessoas negras, e a realidade ainda é agravada na desigualdade de gênero, pois são os lares chefiados por mulheres negras, com presença de crianças até 10 anos, que apresentam os maiores índices de insegurança alimentar grave (REDE PENSSAN, 2022). Engana-se quem acredita que a fome não atinge a população do campo, que trabalha diretamente com a produção de alimentos. Conforme aponta Castro (2022), a não titularização e proteção dos territórios indígenas e quilombolas, o avanço do agronegócio, a falta de acesso à água e a ausência de políticas públicas são os principais fatores que aumentam a insegurança alimentar e estimulam o êxodo rural, além disso, as pessoas do campo também enfrentam a diminuição da diversidade de seus sistemas alimentares, por conta do monocultivo, tão incentivado pelas grandes indústrias, ocasionando o desaparecimento de espécies, plantas e animais que antes contribuía para a alimentação das comunidades.

A compreensão da realidade brasileira, sua formação sócio-histórica e o papel das categorias de historicidade e totalidade são fundamentais para realizar a leitura da realidade social atualmente, especialmente no que diz respeito à compreensão da indissociabilidade das questões agrárias, urbanas e ambientais. Entende-se que ao analisar cada uma dessas questões em sua relação com o todo, é possível encontrar as chaves para entender os



processos sociais, incluindo questões de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. As formas de exploração, opressão, violência, luta e resistência só podem ser compreendidas considerando o território, o espaço e o tempo (Cardoso et.al., 2021). Por isso, é essencial abordar as questões agrárias, urbanas e ambientais como parte integrante e inseparável da realidade, reconhecendo sua natureza dialética.

#### **4 O PROCESSO GRADUAL DE DELINEAMENTO DO PERFIL GENERALISTA**

A partir da análise histórica abordada no item anterior, em conjunto com os dados apresentados até o momento, fica nítido que o espaço rural, a questão fundiária e os processos produtivos no campo são estruturantes no capitalismo desenvolvido no Brasil. No entanto, de acordo com Lusa (2019), essa indissociabilidade ainda não é suficientemente compreendida pelo Serviço Social, que apesar da prevalência da abordagem teórico-metodológica crítica, fundamentada no pensamento marxista, muitas vezes a questão agrária é compreendida pela categoria apenas como uma das expressões da questão social, exclusivas de quem vive no espaço rural, desconectados dos processos urbanos e dos processos produtivos, que historicamente comandam a economia do país.

Nas Diretrizes Curriculares para o Serviço Social Brasileiro (ABESS, 1996), que resultou da revisão do Currículo Mínimo de 1982, a categoria profissional já colocava como desafio definir noções como trabalho, questão social, Estado, classes sociais, entre outros. Conforme é identificado os elementos fundamentais que estruturam a realidade social, para além de formulações teóricas abstratas, mas sim, com o entendimento acerca dos fundamentos que organizam a vida social na sociedade capitalista brasileira, a partir da sua historicidade.

As DC expressam o debate coletivo que ocorreu em 1996, em reunião convocada pela categoria, a fim de aprofundar a compreensão da “questão social” como eixo ordenador, que dá concretude à profissão, para a partir disso, desenvolver o núcleo de fundamentação do trabalho profissional, explicitando os elementos teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos essenciais na formação de um perfil generalista apto para atuar de maneira crítica nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais (ABESS, 1996).

Desta forma, a "questão social" torna-se o ponto de partida estruturador que orienta as discussões da elaboração do atual Projeto de Formação. Também a profissionalização do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho é ponto estruturador, uma vez que considera que a prática profissional é direcionada por uma finalidade para obter uma concretização, tendo como matéria-prima as múltiplas expressões da "questão social". Estas, por sua vez, são interpretadas como elementos constitutivos da relação entre profissão e realidade social (ABESS, 1996). Esta afirmação imprime historicidade à



categoria, visto que aborda a ideia de trabalho como conjuntos de ações que inscrevem a função social da profissão enquanto força produtiva, não se reduzindo a instrumentos e técnicas, mas os englobando a partir de uma leitura que exige uma formação especializada.

A partir deste entendimento, a ABESS/CEDEPSS coordenou o processo coletivo de proposição dos três núcleos de fundamentação da profissão, considerando-os como complementares entre si e indissociáveis, pois a separação por núcleos ocorre apenas para evidenciar os distintos níveis de abstração, não para fragmentá-los. São eles: 1) núcleo de fundamentação teórico-histórica das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; 2) núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho e; 3) núcleo de fundamentação do trabalho profissional.

Os três núcleos de fundamentação anunciados no documento da ABESS (1996) são: 1) núcleo de fundamentação teórico-histórica das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; 2) núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho e; 3) núcleo de fundamentação do trabalho profissional. A aprovação do documento destacou a necessidade de maior articulação horizontal entre todos, visto que a separação por núcleos ocorre apenas de forma didático-pedagógica, para evidenciar os distintos níveis de abstração, não para fragmentá-los.

Cada núcleo expressa as múltiplas determinações da totalidade social e, quando articulados entre si, representando um todo complexo que permite a leitura da realidade social e a construção de respostas profissionais concretas nessa realidade social, conforme aponta Teixeira (2019):

Esse movimento expressa uma análise de totalidade, considera as determinações da vida social na sociedade burguesa, nas condições sócio-históricas no Brasil, na região, na localidade, no município, para se particularizar nas respostas profissionais: na inserção ou não em programas e projetos sociais, no repasse de algum recurso emergencial, no encaminhamento à rede de políticas públicas; e/ou então, na potencialidade política que esse atendimento pode apresentar: no envolvimento da/o usuária/o com movimentos sociais, na organização da sociedade civil, na explicitação dos canais de controle das políticas sociais, entre outros. É nesse sentido que a unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação pode permitir a leitura da realidade a partir da teoria social marxista e a construção da intervenção profissional. (p. 89-90)

A defesa contida nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social Brasileiro é de que a formação de graduação não seja especializada, ou seja, setorializada. Assim, defende-se que ela seja generalista durante a graduação, possibilitando que todos os estudantes estejam plenamente habilitados para trabalharem na e sobre a realidade. Esta não é uma questão específica do Serviço Social, pelo contrário, na sociabilidade capitalista torna-se um modelo defendido para todas as áreas de conhecimento.



Así por ejemplo, proliferan los médicos especialistas que sólo pueden opinar desde el estrecho campo de su especialidad. Pero el organismo humano puede presentar problemas en la piel que sin embargo se deben a insuficiencias renales, hepáticas o nerviosas, para no hablar de deficiencias de alguna glándula. Pero como estos no son campos de la especialidad del dermatólogo, éste terminará ofreciendo soluciones con medicamentos que por desconocimiento no atacan la raíz del problema, sino sólo alguna de sus manifestaciones en la piel. En pocas palabras: para ser un buen especialista, el médico debe tener un conocimiento del conjunto del organismo. Y desde esa base estará mejor armado para abordar los problemas que aparezcan en el campo de su especialidad (Osório, 2019, p. 28).

É a partir destes fundamentos teórico-metodológicos que se alicerça a concepção do caráter generalista da formação em Serviço Social, produto da apropriação e amadurecimento do método de Marx: o desenvolvimento de um conjunto de habilidades que possibilitam a apreensão da realidade concreta enquanto totalidade social. Trata-se do desenvolvimento de uma totalidade de saberes, da qual resulta o que Marx e Engels (2007) caracterizarão como autoatividade plena, a qual supera a fragmentação do saber e, nela, a fragmentação do conhecimento sobre a própria realidade.

Portanto, os elementos centrais que fundamentam a abordagem integrada das questões agrárias, urbanas e ambientais encontram-se entranhados no projeto profissional, mesmo que não sejam explicitamente mencionados e delineados. Isso acontece porque as bases para essa abordagem são estabelecidas pelo método crítico dialético marxista, expresso ao longo das Diretrizes Curriculares, sendo a fonte para a análise de cada um dos três núcleos fundamentais da formação.

## **5 QUESTÕES INCONCLUSAS: A EFETIVIDADE DO PERFIL GENERALISTA**

Primeiramente é imprescindível afirmar que o Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, está diretamente implicado nas condições estruturais e conjunturais da questão social, inscritos em uma sociedade de classes (ABESS, 1996). O caráter generalista da formação profissional guarda relação com este contexto e concepção da profissão. Sua afirmação encontra-se nas Diretrizes Curriculares para o Serviço Social Brasileiro, especificamente no documento da Comissão de Especialistas em Serviço Social emitido em 1999. Assim, uma primeira consideração é que o caráter generalista da formação está implicado totalmente na leitura e análise da realidade e da profissão nesta realidade.

O desenho do Projeto de Formação profissional foi bastante ousado e sua apreensão é complexa, pois perpassa uma trama de conhecimentos fundamentados no método crítico de Marx. Se por um lado se torna intelegível a partir da apreensão das categorias centrais – neste projeto de formação – tais como a totalidade, contradição, mediação e historicidade, de outro lado a sua complexidade constitutiva desafia a efetividade plena nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Neste sentido, muitas vezes se ouve a afirmação do perfil



generalista como mera retórica, sem que se saiba defini-lo e, mais ainda, operacionalizá-lo.

Considera-se que o mesmo caldo crítico que possibilitou a proposição do perfil generalista foi o que interpretou a questão social como elemento constitutivo da relação entre profissão e realidade social. O mesmo caldo crítico imprime historicidade a este conceito, também abordando a ideia de trabalho como conjuntos de ações que inscrevem a função social da profissão enquanto força produtiva, não se reduzindo a instrumentos e técnicas, mas os englobando a partir de uma leitura crítica da realidade social.

Os pressupostos da teoria social marxista reivindicam o tratamento do ser social enquanto totalidade histórica e exigem um conjunto de conhecimentos e de habilidades desenvolvidas, que possibilitam esta leitura e análise societária em articulação com o trabalho profissional.

Ainda enquanto considerações inconclusas, indica-se: a) a necessidade de reconhecer indissociabilidade urbana, agrária e ambiental para não criar-se abismos entre territórios e povos que, juntos, podem atuar ativamente para a transformação de suas realidades. Isso é possível através do desenvolvimento efetivo do perfil generalista; b) que ao se pensar a questão agrária, enquanto mera expressão da questão social, se está pensando os processos da cidade separado dos processos do campo; c) que esta realidade se estrutura na exploração e dominação, explicitando o fosso profundo das desigualdades. Exemplo desta estrutura desigual e combinada é o fato que apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; d) que o desafio da indissociabilidade não é apenas do Serviço Social, mas de todas as áreas comprometidas com uma perspectiva que não perceba o urbano como centralidade da realidade social; e) que o capitalismo dependente à brasileira passa a se constituir desde o período de invasão colonial e se torna bastante atual, devendo ser enfrentado; f) a importância de uma formação generalista para formar profissionais capacitados em diversas áreas de saber, mas que sobretudo dominam a totalidade de conhecimento do Serviço Social brasileiro.

Por fim, conclui-se o trabalho reconhecendo a importância de afirmar o perfil generalista proposto nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro. Antagônicamente a esta afirmação, encontram-se um conjunto de indagações que levam a questionar se a sua efetividade de fato existiu e como na atualidade ela pode ser desenvolvida.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS-CEDEPSS). Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. O Serviço Social no Século XXI, São Paulo, Cortez, n. 50, ano XVII, abr. 1996.



CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; LUSA, Mailiz Garibotti; CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; SILVA, Matheus Thomaz da Silva. Diretrizes Curriculares e Produção de Conhecimento sobre Questões Agrária, Urbana e Ambiental. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), 2021, n. 42, p. 277-292, jul./dez. 2021.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil, o debate na esquerda 1960 – 1980**. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Atlas do espaço rural brasileiro / IBGE, Coordenação de Geografia**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LUSA, Mailiz Garibotti. **O caráter generalista da formação em Serviço Social no Brasil e a abordagem da questão agrária e das ruralidades**. Relatório pós-doutorado em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro: o escravismo tardio**. São Paulo: Editora Anitta, 1994.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSORIO, Jaime. **Coyuntura: cuestiones teóricas y políticas**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016.